

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Sociedade Portuguesa de História da Civilização (1947-1953?)

A SPHC foi um projecto de institucionalização historiográfica concebido em 1947 por Vitorino Magalhães Godinho, que pretendia introduzir em Portugal os fundamentos teóricos e práticas de investigação que caracterizavam os historiadores que se organizavam em torno da revista *Annales* e das instituições emergentes no panorama das ciências sociais em França associadas a essa revista. Por razões ainda hoje pouco claras, a SPHC não ultrapassou a fase inicial de projecção e a sua influência na historiografia portuguesa foi por isso muito reduzida. Ainda assim, constituiu um dos raros exemplos de uma tentativa de organização da investigação em história à margem da rede de instituições tuteladas e financiadas pelo Estado Novo e com um claro propósito de renovação dos métodos, temas e perspectivas no estudo do passado.

A história da SPHC é indissociável do percurso académico do seu principal dinamizador, Vitorino Magalhães Godinho. Após a sua saída da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1944 – e depois de alguns anos dedicados à leccionação em cursos particulares, publicação, tradução e edição de obras de história, mas também à participação em movimentos políticos da oposição (Sousa, *Vitorino Magalhães Godinho...*, 2012) – estabeleceu, a partir de 1946, contactos epistolares com Lucien Febvre e Fernand Braudel por intermédio do hispanista Marcel Bataillon. No ano seguinte e no seguimento desses contactos, conseguiria uma bolsa no Centre National de la Recherche Scientifique, para a obtenção da qual também contribuiu a acção do lusitanista Pierre Hourcade, então director do Institut Français au Portugal (Godinho, *Do ofício e da cidadania...*, 1990, p. 50).

A chegada de Magalhães Godinho a Paris coincidiu com uma conjuntura favorável à renovação dos estudos históricos em França, com o surgimento de novas instituições de investigação que não estavam dependentes das universidades e que acolhiam investigadores que pretendiam trilhar novos caminhos temáticos e metodológicos (Gemelli, *Fernand Braudel*, 2005, p. 155; Picard, “Enseignement supérieur et recherche, 2010, pp. 146-148). A instituição que viria a ter mais sucesso foi a VI secção da École Pratique des Hautes Études, fundada em 1947 numa perspectiva interdisciplinar em que a história coexistia com outras disciplinas das ciências sociais. Nessa rede de instituições encontrava-se também a Association pour



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

l'Histoire de la Civilisation, por vezes denominada Société Marc Bloch, em memória do historiador francês fuzilado durante a II Guerra Mundial. Na apresentação do projecto nas páginas dos *Annales*, figuravam os princípios que seriam também partilhados pela revista e pela VI secção da EPHE: o trabalho em equipas interdisciplinares e a superação dos métodos de investigação tradicionais. No fundo, como se refere nessa apresentação, era o “espírito dos *Annales*” que estava presente nos objectivos da Société Marc Bloch (*Annales E.S.C.*, vol. 2, n.º1, 1947, p. 2).

Mas não só. Aludia-se também ao objectivo de “propagar o pensamento francês”, o que denota uma estratégia expansionista desde o seu início, através da criação de delegações da Association em diferentes países. A presença do recém-chegado Magalhães Godinho entre os sócios fundadores – onde estiveram Lucien Febvre, Fernand Braudel, Maurice Lombard, Charles Morazé, entre outros - respondia a esse objectivo, sendo-lhe logo proposta a criação de um núcleo português (Godinho, *Do ofício...*, p. 59). Embora as informações recolhidas sobre a Société Marc Bloch não permitam conhecer o sucesso deste desígnio expansionista, sabe-se, pelo menos, que existiram contactos, já em meados dos anos 60, para a criação de um núcleo em Nápoles (Gemelli, *Fernand Braudel*, p. 198), desconhecendo-se, no entanto, se existiram outros núcleos estrangeiros para além do projecto português.

Esta estratégia expansionista do “espírito dos *Annales*” – Magalhães Godinho, na apresentação do projecto português, refere-se também ao “espírito de um Henri Pirenne ou de um Marc Bloch”, uma narrativa sobre a “memória das origens” que se inseria numa estratégia institucional e promocional desenvolvida a partir de meados dos anos 40 (Gemelli, *Fernand Braudel*, pp. 152-3) - respondia também a necessidades que emanavam dos próprios princípios historiográficos perfilhados nessa altura, nomeadamente a necessidade de alargados horizontes geográficos e cronológicos no estudo do passado, presentes, por exemplo, na obra magna de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico* (1949). Tal exigia um conhecimento cada vez mais detalhado de contextos espaço-temporais diversificados, só possível pelo aprofundamento das relações internacionais de investigadores que partilhariam os dados por si recolhidos e pelo alargamento das redes de investigação. Numa carta enviada a Magalhães Godinho em Março de 1946, Fernand Braudel sugeria a criação de um Centre d'Études et de Documentation Portugaises para suprir o desconhecimento que em França existia sobre a história portuguesa (Magalhães Godinho, *Do ofício e da cidadania...*, pp. 115-116). Não surpreende por isso que na carta de princípios que Magalhães Godinho enviou de Paris para os sócios fundadores da SPHC, em Fevereiro de 1947, estejam já definidos os objectivos de enviar todas as informações históricas sobre a realidade portuguesa que lhes fossem solicitadas, a identificação de erros relativos à história de Portugal que se encontrassem em obras francesas e um relatório sobre a investigação e o ensino das ciências humanas em Portugal.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Por sua vez, a SPHC tinha também o objectivo de estabelecer relações com investigadores estrangeiros, mais precisamente do Brasil. Em Abril de 1948, Borges de Macedo informava que a comissão organizadora da SPHC tinha já solicitado a colaboração de investigadores brasileiros ou a trabalhar no Brasil, casos de Pedro Calmon, Gilberto Freire, Simões de Paula, Olga Pantaleão e Donald Pierson. Para além de França, as relações com os investigadores brasileiros são claramente privilegiadas. Nos estatutos enviados ao Governo Civil, indicava-se que se podiam constituir núcleos da SPHC em qualquer território português e brasileiro (art. 2º) e que os sócios ordinários só seriam dessas nacionalidades (art. 7º). Este enfoque nas relações com o Brasil parece indicar que nesse desígnio expansionista das instituições correlacionadas com os *Annales*, Portugal – até pela atenção que era dada às temáticas da expansão ultramarina e ao desabrochar do capitalismo comercial a uma escala global – funcionaria como uma plataforma de ligação ao país sul-americano.

Ainda assim, há que lembrar que as relações académicas entre o Brasil e a França tinham já sido reforçadas nos anos 30 aquando da criação da Universidade de São Paulo, que nessa fase inicial contou com a colaboração de uma missão francesa onde estava Fernand Braudel, aí leccionando entre 1935 e 1937. Quase duas décadas depois, em 1954, uma nova missão francesa deslocou-se a São Paulo, desta vez com a presença de Magalhães Godinho (Ferlini, “Affluences, croisements...”, 2005), o que atesta a existência de importantes relações académicas e afinidades historiográficas entre investigadores desses países – o percurso académico de Joaquim Barradas de Carvalho talvez seja o melhor exemplo dessas ligações (Mota, “Joaquim Barradas de Carvalho”, 1994).

Aquando da criação da SPHC, a investigação em Portugal passava por uma fase bem distinta da que se verificava em França. Em 1947 tinha-se verificado uma das maiores depurações políticas das universidades portuguesas durante o Estado Novo (27 professores e assistentes universitários), atingindo sobretudo as áreas da matemática, economia, física e engenharia (Rosas e Sizifredo, *Depuração política...*, 2011). Foi um período de enorme agitação política, alimentada pela esperança da oposição de que com o fim da II Guerra Mundial o Estado Novo poderia ser derrubado.

Magalhães Godinho, ausente em Paris, tinha delegado a nove investigadores a missão de dinamizar a SPHC: Jorge Borges de Macedo, Joel Serrão, Joaquim Barradas de Carvalho, Rui Grácio (que substituiu José de Assis Mafra), Fernandes Martins, Fernando Pinto Loureiro, Armando Castro, António José Saraiva e Óscar Lopes. Entre outros aspectos, tinham em comum a presença, mais ou menos activa, em movimentos políticos e/ou culturais de oposição ao Estado Novo – seis destes sócios fundadores eram ou viriam a ser militantes comunistas (José Neves, *Comunismo e nacionalismo...*, 2010, p. 311). A oposição ao Estado Novo foi um critério relevante, ainda que não exclusivo, na composição da SPHC. Nas sugestões para novos associados, aspecto fundamental para a viabilidade financeira da SPHC, é possível reconstituir parcialmente muitas das relações pessoais, culturais e políticas destes sócios fundadores e também



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

identificar muitos dos intelectuais críticos do regime. Magalhães Godinho sugeriu desde logo os historiadores Jaime Cortesão e Veiga Simões – o primeiro exilado no Brasil e o segundo vivendo em Paris após ter sido demitido de funções diplomáticas em 1946 – mas outros nomes iam sendo sugeridos pelos sócios fundadores: Fernando Piteira Santos, Armando Bacelar, Rui Feijó, Flausino Torres, entre outros de conhecida oposição ao Estado Novo e colaboradores frequentes de algumas das principais revistas culturais – *O Diabo*, extinto em 1940, *Seara Nova* e *Vértice*. Esta rede de contactos tinha sido tecida ou reforçada em torno da II Guerra Mundial, marcada em Portugal pela emergência do PCP mas também pela constituição de movimentos frentistas como o MUNAF, MUD e o MUD Juvenil. A criação da SPHC vai beneficiar desta política frentista (José Neves, *Comunismo e nacionalismo...*, p. 312), que dificilmente poderia ser replicada nas décadas seguintes, não raras vezes pautadas por divergências pessoais e teóricas, emigração, exílio e desmobilização política de muitos destes investigadores que integraram a SPHC.

Não obstante este fundo oposicionista que atravessa os percursos da larga maioria dos nomes associados à SPHC, é notória na documentação conhecida extrema cautela em dissociar a actividade política dos seus membros com os fins da instituição. Numa carta que Fernando Pinto Loureiro enviou, em Novembro de 1947, a Borges de Macedo, secretário da SPHC, sugeriu a substituição da palavra “cívica” pela de “científica” no projecto de estatutos, uma vez que inclusão da primeira “poderia tornar-se uma arma para, no futuro, serem proibidos os trabalhos da “Sociedade” com fundamento, aparentemente jurídico, em faltar idoneidade cívica de alguns dos seus membros”. Também viria a fazer parte da SPHC Manuel Heleno, o único representante das instituições universitárias portuguesas. Professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, devia a sua presença na SPHC às boas relações que tinha na época com Magalhães Godinho –fôra ele que o convidara para leccionar nessa faculdade e o único membro do Conselho Escolar que, segundo o próprio, votara a favor da sua continuidade em 1944 (Godinho, *A expansão quatrocentista...*, 2008, p. 10). Por outro lado, com a presença de Manuel Heleno pretendia-se dar uma garantia às autoridades da seriedade científica do projecto. Não por acaso, tinha-lhe sido atribuído o honorífico cargo de presidente da assembleia-geral da SPHC. Com as atribuladas saídas de Magalhães Godinho e António José Saraiva da FLUL uns anos antes e com vários dos sócios fundadores com conhecida actividade oposicionista, pelo menos ao nível cultural, a presença de um professor catedrático tinha esse objectivo estratégico perante a necessidade de legalizar a SPHC. Nesse sentido, podem também ser interpretadas, embora sem menosprezar o reconhecimento das suas capacidades científicas e adequação aos propósitos da SPHC, os contactos com os já referidos investigadores brasileiros. Há por isso que notar que tanto Pedro Calmon como Gilberto Freire eram então membros da Academia Portuguesa da História, instituição criada pelo Estado Novo em 1936. No caso de Gilberto Freire, o seu prestígio intelectual ultrapassava largamente as fronteiras brasileiras e portuguesas. A pertinência da sua presença



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

na SPHC é atestada pelo elogioso prefácio que Lucien Febvre escreveu à primeira edição francesa de *Casa-grande e Senzala*, de 1952. Só posteriormente ao convite da SPHC, nos anos 50 e 60, é que a obra de Gilberto Freire viria a ser política e ideologicamente instrumentalizada pelo Estado Novo no contexto da emergente descolonização nos continentes africano e asiático, aproveitamento esse que procurava salientar um conjunto de especificidades da presença ultramarina portuguesa ao longo da história com vista a legitimar a continuidade da situação colonial.

Em suma, pode-se afirmar que existiu na SPHC uma política de admissão que, sem abdicar dos princípios que orientavam a sua constituição, abria as portas a novos membros que, pelo seu prestígio ou integração nas instituições de ensino e investigação tuteladas pelo Estado Novo, poderiam ser tidos em conta na decisão a favor da sua legalização. Como refere Armando Castro a Borges de Macedo em Maio de 1948, de forma um tanto velada, “só me parece de aplaudir a decisão de convidar personalidades estrangeiras tanto pela importância que isto se reveste para o processo científico como ainda para dar maior estabilidade à SPHC”.

Por outro lado, há que notar também as ausências, sobretudo a de António Sérgio. Tal deve ter estado sobretudo relacionado com a sua notoriedade como oposicionista ao regime, ainda para mais envolvido de forma activa e pública nos principais movimentos políticos surgidos em torno da II Guerra Mundial, o que poderia dificultar a legalização da SPHC. Mas também convém lembrar que se é verdade que muitos dos fundadores da SPHC viram em Sérgio uma das principais influências filosóficas e cívicas nas suas juventudes, alguns viriam a contestá-lo a vários níveis ainda nos finais dos anos 40 e inícios dos 50. Não só pelas discordâncias teóricas e ideológicas, patentes na polémica iniciada por António José Saraiva na *Vértice* (n.º 81) em 1950, mas também pelas diferentes interpretações historiográficas (veja-se as críticas que Borges de Macedo lhe dirigiu a propósito da revolução de 1383-85 nas páginas da *Seara Nova* [n.º 1119] em 1949) ou, ainda, pelas divergências em relação a uma concepção de história que se cingia ao ensaísmo e à pedagogia. Essa crítica foi feita precisamente por um dos seus confessos admiradores, Joel Serrão, que por essa altura (embora viesse posteriormente a valorizar a sua influência) o excluía de uma genealogia dos grandes nomes da historiografia contemporânea porque “acabou por imobilizar-se numa atitude ensaístico-polémica que, por mais fecunda tenha sido, se apresenta, neste momento, aos olhos da geração que entrou nos trinta anos, como esgotada das suas virtualidades «pedagógicas»” (*Seara Nova*, n.º 1194-5, Nov.-Dez. 1950, p. 370). Pela investigação desenvolvida em torno da história económica portuguesa, uma das áreas privilegiadas pela SPHC, deve também notar-se a ausência de Virgínia Rau. Curiosamente, já em meados dos anos 50, a historiadora portuguesa haveria de participar nos seminários organizados pela Association pour l'Histoire de la Civilisation de Toulouse, que contaram também com a presença de G. Duby, F. Mauro, J. Vicens, entre outros (*Association...*, [s.d.]).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

As afinidades do conjunto de sócios fundadores não resultavam apenas do efervescente contexto político do pós-guerra. Tinham-se em comum uma formação superior em diferentes áreas das ciências sociais nesses primeiros anos da década de 40, quatro dos quais tinham sido alunos de Magalhães Godinho na FLUL. As suas carreiras profissionais eram então instáveis ou marginais às suas ambições de seguir um percurso académico: alguns tinham trabalhos marginais em relação à investigação e ensino, outros eram professores liceais ou viviam da publicação de artigos, traduções e outras actividades ligadas às escassas iniciativas editoriais existentes nos seus meios de sociabilidade. Para além disso, as preocupações financeiras surgiam amiúde na correspondência de alguns desses sócios fundadores. Tinham sido excluídos, ou tinham-se auto-excluído, das instituições estatais de investigação e ensino superior. Por outro lado, as universidades desses anos 40 tiveram um crescimento residual no número de alunos, professores e verbas orçamentais, o que dificultava o prosseguimento de uma carreira universitária para os recém-licenciados e promovia práticas clientelares e de mandarinato nos escassos concursos abertos.

Neste cenário, a notícia da criação da SPHC foi recebida com entusiasmo e esperança, à semelhança do que, no domínio político, se verificava com a possível queda do regime. Na carta de apresentação do projecto, Magalhães Godinho aliciava os seus destinatários com o envio de livros e revistas de França, com a possibilidade de publicação de trabalhos e bolsas de estudo em Paris. Esse entusiasmo é também evidente nas propostas de trabalho que iam sendo sugeridas para discussão. Fernando Pinto Loureiro, por exemplo, propôs, em Abril de 1948, a constituição de uma equipa para redigir uma história abreviada de Portugal; nesse mês, Armando Castro mostrava-se interessado em estudar com outros sócios alguns problemas de história da economia portuguesa que então o interessavam – a formação da classe assalariada e a “transição da economia de tipo feudal para a capitalista”, entre outros temas; Borges de Macedo, na I Assembleia Geral da SPHC, realizada também nesse mês, dá conta de um projecto para o estudo do período do fontismo, embora o considere prematuro dada a existência de tarefas organizativas mais urgentes: angariação de novos sócios ou mecenas; a publicação de um boletim; o local de realização de reuniões; a legalização da sociedade; etc.

Apesar destas propostas, não parece ter chegado a existir nenhum plano estruturado de investigação para além das linhas orientadoras que foram definidas no art. 1º dos estatutos enviados ao Governo Civil: “A Sociedade Portuguesa de História da Civilização tem por fim cultivar e promover o estudo da história económica, social, da técnica, da cultura e, de maneira geral, de toda a civilização, bem como o estudo da geografia humana, demografia, economia, sociologia, psicologia social e colectiva, linguística etc. na medida em que estas ciências contribuem para esclarecer o passado do homem e melhor definir a condição humana”.

A correspondência recolhida sobre a SPHC centra-se nos anos de 1947 e 1948. No entanto, ainda em 1951 se encontram referências a este projecto, ano em que Magalhães Godinho informava Fernand Braudel



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da saída eminente do primeiro número do *Bulletin d'Histoire de la Civilisation*, solicitando que Braudel, E. Labrousse ou Lucien Febvre escrevessem palavras introdutórias para essa revista patrocinada pelo Institut Français au Portugal. No entanto, em 1953, sairia sim o *Bulletin d'Études Historiques*, patrocinado por esse instituto, mas sem qualquer referência à SPHC nas suas páginas. Embora se reconhecesse a filiação nos *Annales*, os colaboradores desse número único do *Bulletin* não coincidem totalmente com os sócios fundadores da SPHC – apenas surgem os nomes de Joel Serrão, Barradas de Carvalho, Rui Grácio e Borges de Macedo. Por esses motivos, é de admitir a hipótese que o fim da SPHC remonte a 1953.

Nas páginas do *Bulletin d'Études Historiques* destacava-se a realização um conjunto de conferências de história que tiveram lugar entre 1951-52 nas instalações do IFP. Nelas participou – para além de Magalhães Godinho, Borges de Macedo, Joel Serrão e António José Saraiva – Jaime Cortesão, então de passagem por Portugal após um longo exílio, o que não deixou de ser celebrado pelos meios oposicionistas (*Seara Nova*, n.ºs 1270-71, Jan. 1953; Soares, *Portugal amordaçado*, 1974, p. 47).

Já no final dos anos 80, Magalhães Godinho referiu que as autoridades não só não permitiram a legalização da SPHC, como também pressionaram o IFP para deixar de patrocinar essas conferências (Godinho, *Do ofício e da cidadania*, p. 59). Pela análise do seu processo na PIDE, sabe-se que essas conferências eram acompanhadas pela polícia política, com a respectiva identificação dos assistentes e conteúdo das comunicações. Na que Magalhães Godinho apresentou em Outubro de 1951, sobre “História económica e história política”, o agente infiltrado notava a presença de alguns militantes comunistas, bem como críticas à ausência de *O Capital* e de Marx no seu discurso. Contudo, salientava que essa comunicação tinha sido feita exclusivamente nos domínios científico e erudito, sem quaisquer alusões políticas e ideológicas.

Os sócios fundadores estavam conscientes do perigo que os seus percursos e afinidades políticas representavam para a legalização da SPHC. A estratégia passava não só, como se viu, pelo convite de algumas personalidades de prestígio e conhecidas pela colaboração nas instituições de investigação e ensino tuteladas pelo Estado Novo mas também pela intervenção do IFP e da Société Marc Bloch junto do Governo Civil. Esta era, no entanto, uma estratégia arriscada e de resultado imprevisível. Como notava António José Saraiva a Borges de Macedo em Março de 1947, a dependência de uma sociedade estrangeira (ainda para mais da França do pós-guerra) não era necessariamente garantia de facilitar a legalização da SPHC, preocupação também partilhada por Armando Castro. Nos estatutos enviados ao Governo Civil tomou-se uma posição cautelosa e ambígua que, se não omite a ligação à francesa Société Marc Bloch (art. 4º), indica-se que a SPHC estaria filiada na Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (art. 5º), instituição responsável pela organização dos periódicos colóquios luso-espanhóis com esse nome. De qualquer forma, a documentação disponível não permite aferir qual o papel desempenhado pelo IFP e pela Société Marc Bloch a favor da legalização da SPHC. Uma carta de Armando Castro a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Borges de Macedo de Abril de 1948, sugerindo que se informasse a Société Marc Bloch da situa  o jurídica e financeira da SPHC, parece indiciar que aquela não estava ao corrente dessas dificuldades ou que reconhecia a sua incapacidade para interceder junto das autoridades portuguesas e de a ajudar financeiramente.

Para além da legaliza  o e das já referidas dificuldades financeiras que levaram a uma campanha de angaria  o de associados um pouco por todo o país, colocavam-se ainda outros problemas   sobrevivência da SPHC, como o da dispersão geográfica dos sócios (Madeira, "Os novos remexedores da história", 2007, p. 321). Conforme notou Armando Castro em carta a Borges de Macedo de 5 de Outubro de 1947, um projecto que se queria interdisciplinar e assente no trabalho de equipa exigia a reunião frequente dos seus associados. As poucas reuniões realizadas atestavam essas dificuldades. O proponente do projecto encontrava-se em Paris e parte significativa dos sócios fundadores estavam dispersos por Lisboa, Coimbra, Porto e estrangeiro. Comparativamente, esse problema já se tinha colocado aquando da cria  o da Academia Portuguesa da História, optando-se então por recomendar que os acad  micos titulares residissem em Lisboa, uma soluço que pretendia precisamente conferir um funcionamento regular da institui  o (Torgal, "A história em tempo de ditadura", 1996, p. 254).

O facto de s   se ter conhecimento, no essencial, da correspondência (ou, pelo menos, parte dela) enviada ao secretário da SPHC impossibilita que se possa responder a questões fundamentais sobre esta institui  o. Qual foi o motivo para a sua extin  o? E se tal se ficou a dever   rejei  o do pedido de legaliza  o pelo Governo Civil, como afirmou Magalhães Godinho, qual a argumenta  o utilizada? Qual o apoio dado pelo Institut Français au Portugal e pela Société Marc Bloch   SPHC? Estas e outras questões s   poderão ser respondidas com documenta  o por ora não disponível publicamente.

Independentemente das respostas a estas questões, o fracasso do projecto repercutiu-se na diminuta influência que os diferentes caminhos trilhados nos *Annales* tiveram em Portugal até aos anos 70. Para além de alguns historiadores que permaneceram em Portugal, essa influência notou-se sobretudo naqueles que optaram ou tiveram a oportunidade de trabalhar em institui  es de investiga  o francesas, casos de Magalhães Godinho, Joaquim Barradas de Carvalho e José Gentil da Silva, tesoureiro da SPHC e um dos alunos de Magalhães Godinho nos anos 40 que viria a trabalhar com F. Braudel.

As referências   SPHC em ensaios ou memórias sobre a historiografia portuguesa no período do Estado Novo são escassas ou inexistentes. E se tal se explica, em parte, pela pouca importância que veio objectivamente a ter, por outro lado   surpreendente essa ausência, quanto mais não seja pela notoriedade que os *Annales* vieram a ter em Portugal a partir dos anos 70 e 80. Para além de algumas referências de Magalhães Godinho, vigorou sobretudo o silêncio ou mesmo uma desvaloriza  o da sua importância (Saraiva, *Cr  nicas*, 2004, p. 962).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia activa: Grande parte da documentação conhecida relativa à SPHC está no processo individual da PIDE referente a Jorge Borges de Macedo, que se encontra no ANTT (n.º. 1151/47-SR NT 2605). É composta sobretudo pela correspondência enviada por outros sócios entre 1947 e 1948, uma vez que desempenhava o cargo de secretário da SPHC. É provável que outra documentação se encontre também na Divisão de Documentação e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (onde até recentemente esteve a documentação relativa ao Governo Civil de Lisboa), instituição responsável pela análise dos processos de constituição de novas sociedades. No entanto, pelo facto de essa documentação estar actualmente a ser transferida para o ANTT, não foi possível consultá-la, à excepção dos Estatutos da SPHC, gentilmente cedidos pelos funcionários da referida Divisão de Documentação e Arquivo. Agradeço também ao Christophe Araújo a disponibilização da citada carta enviada por Magalhães Godinho a Fernand Braudel em 1951, que se encontra no Fundo Fernand Braudel da Bibliothèque do Institut de France.

Association pour l'Histoire de la Civilisation. Séances des années 1955-56, 1956-1957, 1957-1958, Toulouse, [s.d.]; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Do ofício e da cidadania – combates por uma civilização da dignidade*, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990; Id., *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008; SARAIVA, António José, *Crónicas. Entrevistas, críticas e outros escritos de António José Saraiva*, Matosinhos, Quidnovi, 2004.

Bibliografia passiva: FERLINI, Vera Lúcia Amaral, “Affluences, croisements, permanences: Vitorino Magalhães Godinho dans les cours d’histoire de l’Université de São Paulo”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. L, 2005, pp. 63-68; GEMELLI, Giuliana, *Fernand Braudel*, tradução para castelhano de Anaclet Pons e Justo Serna, Valência/Granada, Universitat de València/Universidad de Granada, 2005 [1ª ed. francesa, 1995]; MADEIRA, João, “Os novos remexedores da história”, in David Santos (coord.), *Batalha pelo conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu do Neo-Realismo, 2007, pp. 304-331; MOTA, Carlos Guilherme, “Joaquim Barradas de Carvalho”, *Estudos Avançados*, 8(22), 1994, pp. 289-295; NEVES, José, *Comunismo e nacionalismo em Portugal. Política, cultura e história no século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010; PICARD, Emmanuelle, “Enseignement supérieur et recherche”, in C. Delacroix et al. (dirs.), *Historiographies. Concepts et débats*, vol. I, Paris, Gallimard, 2010, pp. 140-152; ROSAS, Fernando e Cristina SIZIFREDO, *Depuração política do corpo docente das universidades portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*, Lisboa, Fundação Pulido Valente/IHC-FCSH-UNL/Fundação Mário Soares/Movimento Cívico Não Apaguem a Memória!, 2011; SOUSA, José Manuel Guedes de, *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*, dissertação de mestrado em história contemporânea,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012; TORGAL, Luís Reis, “A história em tempo de ditadura”, in L.R. Torgal, Fernando Catroga e José Amado Mendes, *A história da história em Portugal*, [s.l.], Círculo de Leitores, 1996, pp. 241-275.

José de Sousa



APOIOS:

